

STJ00096925

FREDERICO MENEZES BREYNER
Mestre em Direito Tributário (UFMG)
Advogado

Benefícios fiscais inconstitucionais e a proteção da confiança do contribuinte

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Frederico Menezes Breyner

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Camila Cortez
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B848b Breyner, Frederico Menezes

Benefícios fiscais inconstitucionais e a proteção da confiança do
contribuinte / Frederico Menezes Breyner. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2013.

254 p. ; 16x23cm.

Bibliografia 225-236

ISBN 978-85-375-2307-0

1. Direito tributário – Brasil. 2. Segurança jurídica. 3. Garantia (Di-
reito) 4. Boa-fé (Direito).I. Título.

CDD 343.8104

SUMÁRIO

Prefácio	IX
Agradecimentos	XI
Introdução	1

Capítulo 1

Benefícios Fiscais	3
1.1 Isenções tributárias (inclusive alíquota zero)	4
1.2 Reduções quantitativas do tributo	13
1.2.1. Isenção parcial?	15
1.2.2. Redução de base de cálculo na substituição tributária progressiva.	19
1.3 Prazo especial para pagamento	23
1.4 Remissão	25

Capítulo 2

Incentivos Fiscais	27
2.1. Conceito de incentivo fiscal: parâmetros jurídicos para sua identificação	27
2.2 Incentivos fiscais onerosos.....	34

Capítulo 3

Segurança Jurídica e Proteção da Confiança	39
3.1 Segurança, confiança e sistema jurídico	39
3.2. Estado e segurança jurídica	42
3.3. Princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança	47
3.4. Caráter latente e residual do princípio da proteção da confiança	51
3.5 Dos pressupostos para aplicação do princípio da proteção da confiança	53
3.5.1 Peculiaridades do Direito Público	53
3.5.2 Da existência da confiança	54
3.5.3 Da vinculação à situação ensejadora da confiança	55
3.5.4 Do investimento na confiança	56

3.5.5 Proteção da confiança e boa-fé objetiva	59
3.5.6 Modalidades de tutela da confiança	62

Capítulo 4

Controle Abstrato de Constitucionalidade e Aplicação do Princípio da Proteção da Confiança ao Tema de Estudo	67
4.1 Colocação do problema	67
4.2 Limites da declaração de inconstitucionalidade em controle abstrato	67
4.3 Procedência de ação direta de inconstitucionalidade contra benefícios fiscais e a possibilidade de tutela da confiança no caso concreto	74
4.4 Aplicação do princípio da proteção da confiança ao tema de estudo	79

Capítulo 5

Proteção da Confiança do Contribuinte Beneficiado por Exonerações Tributárias Declaradas Inconstitucionais	85
5.1 A lei como ato indutor da confiança, apta a criar a legítima expectativa	85
5.2 Sobre a lei ou ato normativo inconstitucional.	87
5.3 A interpretação-aplicação jurídica como operação intra-sistêmica: a necessidade de estabilização das expectativas normativas e previsibilidade do conteúdo da lei e das decisões.	92
5.3.1 Interpretação jurídica e segurança.	92
5.3.2 Dos limites à construção dos significados dos textos normativos: realização da segurança jurídica e confirmação das expectativas	98
5.3.3 Conclusão parcial: os atos normativos gerais e abstratos são aptos a configurar a base da confiança a ser tutelada	105
5.4 Confiança do contribuinte em benefícios fiscais inválidos	105
5.5 Tipicidade e aparência dos benefícios fiscais enquanto atos aptos a induzir a confiança	106
5.6 Vinculação dos sujeitos da relação tributária ao benefício fiscal	109

5.7 Investimento da confiança nos benefícios fiscais	111
5.8 Modalidades de tutela: intensidade da confiança em face dos benefícios fiscais	114
5.8.1 Tutela da confiança nos incentivos fiscais onerosos	114
5.8.2 Tutela da confiança nas demais exonerações tributárias	120
5.9 Proteção da confiança e exonerações formalizadas por ato administrativo individual e concreto	121

Capítulo 6

Direito Comparado: Proteção da Confiança em Benefícios Fiscais Inválidos no Âmbito do Iva Europeu e a Jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia	127
6.1 Breve exposição sobre o IVA e suas semelhanças para com o ICMS: possibilidade de estudo do direito comparado	127
6.2 Competência exonerativa no IVA	131
6.2.1 Dos auxílios de Estado	136
6.2.2 Benefícios fiscais previstos na Sexta Diretiva	142
6.3 Do princípio da proteção da confiança no direito comunitário europeu aplicado aos benefícios fiscais inválidos no âmbito do IVA	144
6.4 A jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia sobre a proteção da confiança no caso de auxílios de Estado	146
6.5 A jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia no caso das isenções de IVA previstas na Sexta Diretiva	156
6.6 Síntese da jurisprudência do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia	160

Capítulo 7

Benefícios Fiscais de ICMS Concedidos Sem Apoio em Convênio Aprovado no Confaz: A Proteção da Confiança dos Contribuintes Envolvidos nas Operações	161
7.1 Competência exonerativa no ICMS	161
7.2 Do princípio da proteção da confiança no direito brasileiro aplicado aos benefícios fiscais inválidos no âmbito do ICMS	164

7.2.1 Proteção da confiança do contribuinte que utiliza benefícios fiscais de ICMS sem apoio em convênio aprovado no CONFAZ	165
7.2.2 Consequências da ausência de confiança do contribuinte beneficiado a ser protegida: exigência do imposto com base no art. 8º, II da LC 24/75 e impossibilidade de aplicação de multas e juros de mora	172
7.2.3 Mecanismos de efetivação da previsão do art. 8º, II da LC 24/75 em caso de omissão do Estado faltoso na exigência do imposto	173
7.3 Inconstitucionalidade da glosa dos créditos pelos Estados de destino independentemente de decisão do STF em ação direta de inconstitucionalidade	179
7.4 A jurisprudência sobre a glosa de créditos de ICMS pelo Estado de destino sobre operações objeto de benefícios fiscais sem convênio concedidos pelo Estado de origem	188
7.5 Benefícios fiscais concedidos com ampliação do convênio pelo Estado-membro	190

Capítulo 8

Estudo de Caso: A Contribuição das Agroindústrias	195
8.1 A declaração de inconstitucionalidade do benefício do art. 25 da Lei 8.870/94	195
8.2 A jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais sobre a proteção da confiança das agroindústrias no benefício declarado inconstitucional	200
8.2.1 Entendimento pela existência de efeitos retroativos da decisão do STF em razão do princípio da legalidade	200
8.2.2 Entendimento pela inexistência de efeitos retroativos da decisão do STF para tutelar a confiança dos contribuintes	204
8.3 A jurisprudência do STJ e a atual situação legislativa	211
Conclusão	221
Bibliografia	225
Anexo	237